

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano IV | Volume 10 | Nº 29 | Boa Vista | 2022

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<https://doi.org/10.5281/zenodo.6534040>



HISTÓRIA RECENTE DA VENEZUELA: CRISE E DIÁSPORA

Fernando Lima Mendes¹

Carlos Alberto Borges da Silva²

Elói Martins Senhoras³

Resumo

O presente artigo visa fazer análises sobre o processo histórico da Venezuela, sob o prisma político-socioeconômico e migratório, destacando os principais motivos que originaram o processo de falência estatal desse país, os quais corroboram para originar um processo migratório de venezuelanos por vários países do globo. Os procedimentos metodológicos da pesquisa se caracterizaram por um estudo exploratório-descritivo-analítico quanto aos fins e, qualitativos quanto aos meios, sendo utilizado o método histórico-dedutivo. Nos procedimentos de levantamentos de dados, utilizou-se de revisão bibliográfica e documental. Os procedimentos de análise de dados basearam-se em hermenêutica histórica e análise gráfica e geoespacial. Os resultados na pesquisa demonstram que no decorrer da história recente da Venezuela há um ciclo permeado por um padrão de crescimento relativo e consequente aguda crise política e socioeconômica, motivada por fatores endógenos e exógenos que afetaram diretamente ao Estado e à própria população venezuelana. Refém do petróleo, a Venezuela recebe impacto diretamente na sua economia em detrimento as oscilações do mercado internacional, o que contribuiu para sua desestabilização monetária e estrutural, uma vez que o país se vale dessa commodity como principal fonte de fomento para desenvolvimento socioeconômico. Desse modo, a pesquisa identificou que os processos políticos ao longo do tempo apontaram para um sistema baseado no modelo assistencialista e rentista, o qual contribuiu para que ocorresse dinâmicas patrimonialistas e cooptações de agentes públicos e privados. Por fim, conclui-se que com base nas discussões previamente apresentadas que o processo político-social venezuelano aliado às volatilidades do mercado do petróleo, cooperaram para a instalação de uma crise sem precedente e desencadeasse um processo migratório em massa do povo venezuelano para diversos países.

Palavras chave: Crise. Economia. Imigração. Política. Venezuela.

118

Abstract

This article aims to analyze the historical process of Venezuela, from the political-socio-economic and migratory perspective, highlighting the main reasons that gave rise to the state bankruptcy process in that country, which corroborate to originate a migratory process of Venezuelans through several countries in the globe. The methodological procedures of the research were characterized by an exploratory-descriptive-analytical study regarding to the ends and by a qualitative nature regarding to the means, using the historical-deductive method. In the data collection procedures, a bibliographic and legal review was used. Data analysis procedures were based on historical hermeneutics and graphical and geospatial analysis. The research results show that in the course of Venezuela's recent history there has been a cycle permeated by a pattern of relative growth and consequent acute political and socioeconomic crisis, motivated by endogenous and exogenous factors that directly affected the State and the Venezuelan population itself. Hostage to oil, Venezuela has a direct impact on its economy to the fluctuations in the international petroleum market, which contributed to its monetary and structural destabilization, since the country uses this commodity as the main source of promotion for socioeconomic development. In this way, the research identified that the political processes over time pointed to a system based on the welfare and rent seeking model, which contributed to the occurrence of patrimonial dynamics and co-optation of public and private agents. Finally, it is concluded based on the discussions previously presented that the Venezuelan political-social process allied to the volatilities of the oil market cooperated for the installation of an unprecedented crisis and unleashed a mass migration process of the Venezuelan people to several countries.

Keywords: Crisis. Economy. Immigration. Politics. Venezuela.

¹ Bacharel em Administração Faculdades Cathedral de Ensino Superior (CATHEDRAL). Mestrando em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania pela Universidade Estadual de Roraima (UERR). E-mail para contato: admgrupoexpress@gmail.com

² Professor da Universidade Estadual de Roraima (UERR) e da Faculdade Cathedral de Ensino Superior (CATHEDRAL). Pesquisador antropológico da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (FEMARH). E-mail para contato: carlos.borges@uerr.edu.br

³ Professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e pesquisador do *Think Tank* IOLEs. Economista, Cientista Político e Geógrafo. Doutor em Ciências. *Post-doc* em Ciências Jurídicas. E-mail para contato: eloisenhoras@gmail.com. Website: www.eloisenhoras.com



INTRODUÇÃO

A disporá⁴ venezuelana que o presente trabalho aborda decorre de um longo processo político e socioeconômico, principalmente a partir de 2010 quando os preços do petróleo caem sucessivamente junto ao mercado internacional. Devido às decisões não assertivas de seus chefes de Estado ao longo tempo, o povo venezuelano sofre diretamente em virtude da sua principal *commodity* ao declinar repentinamente, bem como, do emprego equivocado de sistema de governo assistencialista, o que corroborou para que ocorresse uma das mais graves crises migratórias até então vista na América do Sul.

Num primeiro momento, se observa que a crise político-socioeconômica instalada na Venezuela é em função da desestabilização governamental e, concomitantemente, rui-se a estrutura econômica do país, com isso, refletindo diretamente na sociedade, parte mais vulnerável, provocando escassez de trabalho, baixa produção endógena, redução drástica do poder de consumo o que refletirá em altos índices inflacionários, bem como, na falta de itens de consumo de primeira necessidade.

Noutro momento, a desestabilização estatal venezuelana propiciou para que ocorresse contrapontos institucionais com práticas espúrias de agentes público e privados dentro do Executivo, com isso, a *práxis* da corrupção e cooptações entre as principais esferas do Estado contribuíram para a ocorrência da falência estatal venezuelana, notadamente a partir do ano de 2013 com assunção ao Poder central por Nicolas Maduro, então vice-presidente, o qual era considerado como figura moderada no meio político, mas no decorrer do seu mandato, revela-se como um político extremista e, considerado ditador por muito, que presenciará no seu governo a maior crise migratório de seu país.

Desse modo, o objetivo do presente trabalho visa realizar uma análise dos processos políticos, socioeconômico que corroborou para que ocorresse a disporá venezuelana após a instalação dessa crise. Os procedimentos metodológicos da pesquisa se caracterizaram por um estudo exploratório-descritivo-analítico quanto aos fins e, qualitativos quanto aos meios, sendo utilizado o método histórico-dedutivo. Quanto aos procedimentos de levantamentos de dados, utilizou-se de revisões bibliográfica e documental e, quanto às análises, de dados houve uma interpretação com base em hermenêutica histórica, além das gráficas e espaciais.

Nesta dita, o presente artigo foi estruturado por três seções distintas. Na primeira seção, aborda-se o “Processo político e socioeconômico na Venezuela”, onde se discorre, num primeiro momento

⁴ O termo diáspora possui conotações distintas, podendo ser entendida por múltiplos significados nas diversas áreas do conhecimento. Em termos gerias, refere-se à dispersão forçada de um povo, dialogando com outras categorias sobre o tema de migrações e refúgio (MARINUCCI, GONÇALVES, 2021).



sobre os principais momentos histórico-políticos dos principais chefes do Executivo venezuelano, incluindo a transição política entre civis e militares, que deram início aos sistemas de governo clientelistas e rentista e, no segundo momento, suas principais consequências socioeconômicas por meio desses sistemas.

Na segunda seção, “Petróleo: ascensão e declínio”, são abordadas questões sobre a principal *commodity* da Venezuela, na oportunidade, se destaca como sucedeu as descobertas de suas principais bacias petrolíferas, com ênfase para as oscilações do seu preço junto ao mercado internacional, seus principais impactos no mercado endógeno, além de apontamentos sobre a ascensão e declínio do petróleo que impactou diretamente no cotidiano do povo venezuelano agravando ainda mais a crise.

Na terceira seção “Decadência, crise política e poder militar”, são apontados como a desvalorização do petróleo junto ao mercado internacional corroborou para que ocorresse uma crise política na Venezuela, bem como, se discorre sobre como ocorreu a transição do chefe de Estado após a morte do então Presidente Hugo Chávez, na oportunidade, é elencado como ocorreu a escolha de seu sucessor, o então político moderador e vice-presidente Nicolas Maduro, que assume a função do Executivo sob forte pressão, principalmente quando as eleições presidenciais que o elegeu, além de uma forte crise socioeconômica venezuelana, a qual transbordaria em uma crise migratória.

Por fim, últimas considerações são trazidas à guisa de conclusão, com intuito, tanto de sintetizar os principais debates e discussões apresentadas ao longo do texto, por meio de herméutica histórica dos processos políticos e socioeconômicos e refletiram na desestabilização estatal e transbordou numa diáspora venezuelana para países no em torno do globo, com ênfase para a América do Sul e Caribe, bem como, quanto apontar sugestões para outras eventuais pesquisas que tomem como referência à presente pesquisa.

PROCESSO POLÍTICO E SOCIOECONÔMICO NA VENEZUELA

A história recente da Venezuela é caracterizada por vários acontecimentos a partir do modelo político-econômico adotado por seus gestores do poder Executivo por década que expandiram por várias crises, dentre elas, aquela que culminará na disporá venezuelana num modelo para além de suas fronteiras, quer veja, para o entorno da América do Sul, ou ainda para outros Estados mais distantes a procura de melhores qualidades de vida e, em muitos casos a procura de refúgio.

Parte integrante da Pan-amazônia, a República Bolivariana da Venezuela localiza-se na porção mais setentrional na América do Sul, juntamente com a Colômbia, abrange uma extensão territorial de



912.050 km² (IBGE, 2021), além de possui rica biodiversidade de flora, fauna e de recursos naturais, dentre elas, vastas reservas de petróleo, gás natural e minérios.

Vários foram os acontecimentos que corroboram para que ocorresse a dispora do povo venezuelano em detrimento aos seus principais *stakeholders*, quiçá subserviência, por meio apadrinhamentos e cooptações de agentes públicos ou não, e de políticas clientelistas e rentistas com base, principalmente, na extração e venda de petróleo ao longo de décadas, e ao mesmo tempo, renegando políticas públicas em prol do Estado e do seu maior bem, a população.

O petróleo venezuelano foi a principal *commodity* que mantém o Estado em ascensão socioeconômica no início século XX (1914). Suas principais bacias petrolíferas foram descobertas no pequeno povoado de Mene Grande localizado a noroeste do estado de Zulia (FIGUEIRA, 2017). Além dessas bacias petrolíferas, a Venezuela teve como base de sua economia a agroexportação, como: cacau, café, açúcar e gado sendo esses, responsáveis por cerca de 80 % das exportações totais em 1890 (RIBEIRO, 2015).

O poder político venezuelano esteve quase sempre ligado aos militares e à grandes fazendeiros, figuras conhecidas como caudillos, possuidores de grande carisma, ascenderam o Poder Central da Venezuela por meio de um golpe de Estado em 1908, tendo à frente do governo Juan Vicente Gómez, assim, os caudillos ascenderam ao poder instituindo uma rede de obrigações e favores pessoais entre os seus aliados políticos (RIBEIRO, 2015).

A partir de então, estiveram à frente do executivo venezuelano vários *Stakeholders* com distintos discursos, principalmente quanto a tomada de decisões pertinentes às atividades socioeconômicas voltadas para a população, como: em 1916, Marcos Pérez Jiménez (1953-1958); Carlos Andrés Pérez Rodríguez (1974-1979 e 1989-1999); Hugo Chávez 1999 e 2013 e, o atual Presidente Nicolas Maduro, a frente do governo desde morte de seu antecessor Hugo Chávez em 2013.

Hardy (2009) destaca que a partir da descoberta das bacias petrolíferas, a Venezuela estabeleceu um modelo de desenvolvimento baseado na divisão da renda proveniente dessa *commodity*, isso devido ao fato de que detêm amplas “reservas, a renda petroleira não provém dos cidadãos, mas das próprias oscilações de preços do mercado mundial, permitindo ao Estado uma posição de independência em relação à sociedade e à economia interna” (CATHCART, 2018, p. 24).

O ano de 2013 foi marcado por grandes acontecimentos na Venezuela, destaca-se em primeiro momento a morte do então Presidente Hugo Chávez, além da recém crise política e socioeconômica, com redução 35 % na sua economia desde 2012; cerca de 82 % de sua população viviam abaixo da linha da pobreza e, 68 % das crianças desnutridas (GUROVITZ, 2018). Nesse cenário, Nicolas Maduro



assume o Poder Executivo sob forte pressão dos mais variados setores da comunidade nacional e internacional.

Ainda segundo Gurovitz (2018) Nicolas Maduro assumiu o Poder central da Venezuela sob tensão, além das dúvidas sobre a legitimidade do resultado das eleições presidenciais, gerou um ambiente de inconstância política, acentuando ainda mais a polarização da sociedade em torno de posições ideológicas e cisões socioeconômicas, do agravamento do declínio econômico, estimulados pela queda do preço do petróleo principalmente entre os anos de 2013 e 2016, em que o preço do barril de petróleo bruto, com o preço em queda de 114,33 para 44,67 dólares, ou seja, uma queda acentuada de cerca 60,93 % do seu valor de mercado.

Delgado *et al.* (2017) salientam que o preço da *commodity* petróleo sofreu grandes variações de preços desde então, com oscilações, geralmente para baixo, deixando ainda mais vulnerável sua economia, ainda que final de 2015, suas reservas de petróleo possuíam grande quantidade de petróleo, mas não tinham capacidade para sua produção, uma vez que seus custos eram elevados, enquanto que as de gás natural em 2016, já possuíam maior reserva de hidrocarbonetos (petróleo e gás natural) do mundo.

Em decorrência da crise socioeconômica instalada, a população venezuelana sofre pela falta de sua principal *commodity*, o que repercute na desvalorização de sua moeda perante o câmbio mundial e impactando fortemente no mercado de trabalho, assim, contribuindo de forma significativa para o processo migratório para diversos países do globo, dentre eles, o Brasil que possui fronteira com o estado de Roraima, extremo norte do país.

Rotermel *et al.* (2019) apontam que uns dos motivos que corroborou para a expansão do êxodo venezuelano, se originou em detrimento da crise petrolífera que elevou os preços dessa *commodity*, sendo essa, análoga a crise que se encontra próximo aos dos refugiados⁵ e migrantes que atravessam o Mediterrâneo rumo à Europa, portanto, colapsando o sistema financeiro e econômico culminando numa hiperinflação (CORAZZA; MESQUITA, 2018), bem como ressalta Senhoras (2019, p. 4):

O período que vai entre 2012 e 2015 é caracterizado como uma fase de desestruturação do modelo Socialista-Bolivariano, de modo que na tentativa de manter a competitividade internacional das exportações de petróleo e por conseguinte de financiamento governamental, as sucessivas políticas de desvalorização cambial geraram como efeito colateral um forte desequilíbrio interno, com a emergência de uma rápida hiperinflação que escalonou para a impressionante cifra de mais de 1.000.000%.

⁵Aquele que devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país (BRASIL, 1997).



Ainda de acordo com Corazza e Mesquita (2018), o êxodo venezuelano continua a crescer como foi observado que até novembro de 2018, uma vez que cerca três milhões de venezuelanos já havia deixado seu país de origem em busca de melhor qualidade de vida, oportunidades para trabalhar e, que ainda teve como fator complicador nesse cenário, em virtude da Pandemia de virtude de Covid-19 decretada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em março de 2020 (SENHORAS; GOMES, 2020), o que dificultou o traslado de pessoas licitas, mas impulsionou os fluxos ilícitos.

Desse modo, se observa que a partir da década de 1980 a sociedade venezuelana passa por processos de mudanças e crises socioeconômicas, principalmente a petrolífera em consequência da baixa produção e do pouco recurso financeiro, além da escassez de mão de obra qualificada para esse segmento, assim, tendo sua economia que “vive da exportação de petróleo, cuja indústria aporta um terço do Produto Interno Bruto (36 % no ano 2006) e mais de 80 % das divisas que ingressam no país, porém emprega menos de 2 % da força total de trabalho” (LEÓN, 2006, p. 2).

No decorrer de sua história, a Venezuela é marcada pelos grandes investimentos na agricultura e petróleo e por anos gloriosos antes do bolivarianismo, “a Venezuela era considerada a rainha entre os países produtores, tendo sido, até 1979, e que detinha maior produção acumulada desde o início das suas atividades de extração” (NEVES, 2010, p. 48), além de terem maior poder aquisitivo entre os países da América Latina e o segundo perante a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), permanecendo nessa situação até a década de 1990 (PARDO, 2019).

A sociedade Venezuela ostentava luxuosos empreendimentos e título de maiores consumidores de uísque do mundo durante os anos gloriosos, principalmente pela *commodity* petróleo. Na capital Caracas possuía distintas infraestruturas e equipamentos urbanos de grande valia considerados de ampla beleza cênica, seus empresários eram considerados bem quistos e valorizados (PARDO, 2019).

No entanto, os anos gloriosos se mostram finitos no decorrer dos anos e a decadência econômica que já estava sendo instaurada de forma lenta e paulatinamente até eclodir a crise socioeconômica, política, ética, sem precedente culminando na falência estatal⁶ da Venezuela, o que possivelmente desencadeou no processo de migrações de sua população para diversos países do mundo (principalmente a partir do ano de 2015), dentre eles, o Brasil, que vem recebendo milhares de refugiados, que de certo modo, vem impactando em diversos segmentos da sociedade brasileira, onde muitas vezes são recepcionados, ou não:

A partir do ano de 2015, a crise econômica e política se agudiza na Venezuela, de modo que gerou uma grave crise social, com claro efeito líquido de recrudescimento da violência e do número de mortos, aumento da pobreza e crescente imigração internacional de venezuelanos,

⁶ Nação onde o governo perdeu autoridade e controle políticos e é incapaz de cumprir as responsabilidades básicas de um Estado soberano (CORONEL, 2017, p. 66).



tornando as fronteiras em um *loci* de transbordamento dos fluxos migratórios, tanto, as fronteiras andinas, com proeminência à Colômbia, Peru e Equador como destinos prioritários juntamente com Estados Unidos e Espanha, quanto às fronteiras amazônicas, em menor escala, com repercussão no Brasil (SENHORAS, 2019, p. 4).

De fato, se observa que a crise ora suscitada se encontra numa situação de instabilidade política, socioeconômica e traz consigo grandes preocupações aos vizinhos fronteiriços no que concerne a possível escada de violência em decorrência, sobretudo, das migrações. Nesse sentido, vários Estados fecharam suas fronteiras, dentre eles, o Brasil e a Colômbia que possuem relações fronteiriças direta, além possuírem fronteira suscetíveis e porosas, o que possibilita o fluxo migratório de pessoas e de atividade ilícitas, por exemplo, e de tráfico de toda natureza.

PETRÓLEO COMO INSTRUMENTO DE ASCENÇÃO E DECLÍNIO

A Venezuela possui grande quantidade de hidrocarbonetos (petróleo e gás natural) descobertos no início do século que se destacou como elemento de suma importância devido sua abundância servindo estrategicamente na geopolítica e no ativismo político no entorno da petrodiplomacia⁷ de sua história contemporânea, por seus principais atores no jogo do poder venezuelano repercutiu de forma antagônica em detrimento de seus interesses pessoais renegando o Estado e sua população.

Desse modo, de acordo com Neves (2010) o ano de 1926 foi o período marcante na economia venezuelana, onde se evidencia a transição econômica de um modo agrário para líder de exportação de petróleo no mundo, ou seja, passando de sistema manufatura, para sistema com tecnologias de ponta, o que favoreceu num processo de urbanização acentuada, cuja principal atividade ocorria por meio das exportações petrolíferas e de seus derivados.

Doravante, o governo liderado por Marcos Pérez Jiménez (1952-1958), foi marcado por grandes investimentos de infraestrutura, urbanismo e na indústria petrolífera, elevando o país ao *status* grande produtor de petróleo e de seus derivados, o que alavancou a economia e se destacando junto mercado internacional, fazendo com que fosse projetado como segundo maior produtor mundial de petróleo nesse período, gerando recursos abundantes para o Estado (NEVES, 2010).

Ainda durante o governo de Marcos Pérez Jiménez, é reconhecido por diversos acontecimentos que beneficiaram a economia venezuelana de forma positiva, principalmente por aqueles ligados a

⁷ Refere-se à habilidade de um país em utilizar seu potencial energético como barganha no campo diplomático, atraindo assim uma aliança favorável (SENHORAS; GAMA NETO, 2009). Trata-se de uma “estratégia de um país que pretenda expandir sua influência através de investimento externos diretos no setor de petróleo e gás de outra nação em troca de parcerias e preferências futuras, como a financiar a modernização de um país” (PEREIRA, 2019, p. 53).



favorecimentos obtidos de forma prática economicamente ligado às contas do Estado, o que de certa forma corroborou, também, para que ocorressem descontroles orçamentários:

[...] com muitas denúncias de corrupção – em 1962, Pérez Jiménez é recebido extraditado dos Estados Unidos e é condenado à prisão até 1968–, que aliadas aos anseios por maior participação política da sociedade civil fragilizam o governo e possibilitam novo golpe militar, com apoio da AD e do Copei, e à deposição de Jiménez, em 1958 (NEVES, 2010, p. 46).

O apogeu e início da decadência econômica venezuelana ocorrem após as eleições de 1978, na qual foi eleito Luis Herrera Campins (1979-1984) que presenciaria a ascensão dos preços do petróleo; da dívida interna e externa, e o déficit público que se mantinha elevados e, ao contrário não se mostrava verdadeiro, com baixos investimentos em infraestrutura, por exemplo, e se mantinha “a política clientelista rentista de subsídio estatal indiscriminado de serviços de telefone, eletricidade, água, transporte e produtos básicos de alimentação” (NEVES, 2010, p. 48).

No ano de 1979, a Venezuela tornou-se o principal país entre os maiores produtores do mundo, com maior produção na extração de petróleo, porém, não foi o suficiente para sanar as dívidas do Estado. Neves (2010, p. 48), ressalva que “a entrada maciça de recursos por via das exportações e da nacionalização da propriedade, no entanto, não foi suficiente para conter os problemas de déficit público e do aumento da dívida interna e externa”.

Na década de 1980, considera como a Década Perdida, durante o governo de Luiz Herrera Campíns (1979-1984), momento em que a Venezuela passava pela considerada maior crise político-econômica de sua história. É nesse período que ocorreu o fenômeno da “Sexta-feira Negra”, momento que houve grande desvalorização da moeda venezuelana ocorrida no ano de 1983, dar-se-á início a crise com elevados índices inflacionária, bem como da dívida pública e controle cambial por parte desse governo, além de não permitir renegociação de dívidas externas, gerando assim, críticas externas no seu método econômico, conforme anotado por Lima (2013, p. 10):

Precisamente em 18 de fevereiro de 1983, que o país vivenciou a chamada sexta-feira negra. A sexta-feira negra marcou a escalada da inflação no país pelas consecutivas desvalorizações da moeda nacional. Campíns sofreu muitas críticas por sua política econômica equivocada, principalmente por se recusar a renegociar a dívida externa.

Em 1984 é eleito Jaime Lusinchi (1984-1989) tendo como principal objetivo, fazer negociações para o refinanciamento da dívida externa, apesar de que a situação das contas do governo encontrava-se em situação insustentável, além disso, existiam altos índices de desempregos, desvalorização da moeda



e o esfacelamento das finanças públicas em detrimento de políticas de clientelismo e pela corrupção, sendo essas estratégias que Lusinchi consegue eleger seu substituído, Carlos Andrés Pérez nas eleições de 1889, para o pleito de 1989 a 1993 (NEVES, 2010).

É nesse cenário que os próximos quatro foram considerados como uns dos mais críticos da história recente da Venezuela, marcada por diversidades em todos os níveis daquele país, notadamente no diz respeito a finanças públicas, déficit e de dívida externa e interna em decorrência da redução dos preços do petróleo que já estavam em queda desde 1986, bem como, da incapacidade política de fazer Políticas Públicas que contemplasse os mais vulneráveis.

A agora frágil e permeável economia e política governamental venezuelana propiciam um ambiente delicado às práticas espúrias como corrupção, cooptação e enriquecimento ilícitos entre civis e militares (de baixa patente, na grande maioria), o que favoreceu o surgimento de novos *stakeholders* como sendo o possível “*Salvador de La Patria*”, conforme anota Neves (2010, p. 49).

Apesar de a situação explodir primeiramente com os civis, eram os militares que preparavam, havia alguns anos, uma rebelião. A instabilidade política estimulou, assim, a tentativa de golpe de Estado liderada por militares da baixa oficialidade, em fevereiro de 1992, da qual Hugo Chávez era um dos líderes.

Por tanto, diante do enfraquecimento político e do declínio socioeconômico que a Venezuela se encontrava, o ambiente ficaria propício e favorável para o surgimento de dogmas, como Hugo Chávez, que se tornaria figura de grande relevância no contexto nacional e pudesse explorar o cenário político, além de outros políticos que souberam aproveitar a oportunidade de igual forma (NIÑO, 2017).

A ascensão de Hugo Chávez junto ao poder Executivo venezuelano inicia-se na tentativa fracassada de um golpe de Estado no ano de 1992 projetando-o ainda mais no cenário político, mas sua vitória só ocorreria nas eleições de 1998 e, só deixaria o poder em 2013 após sua morte, juntamente com uma crise institucional e socioeconômica nas mãos de seu sucessor Nicolas Maduro, que enfrentará um conjunto de conflitos diversos, dentre elas, a disporá de natureza extremamente complexa que repercutirá de forma aguda na América do Sul, em especial aos países limítrofes.

DECADÊNCIA, CRISE POLÍTICA E PODER MILITAR

As decadências socioeconômicas da Venezuela surgem após as contradições durante o governo chavista, que até então eram incontestadas, denúncias de corrupções tornam-se mais frequentes, perseguições a opositores é *práxis* desse governo, criando um cenário favorável a adversários políticos.



O desgaste político ocorre especialmente em função da perda de poder econômico após sucessivas baixas de índices do preço de sua principal *commodity*, além disso, surgem cooptações de militares que se tornam aparentes e corrobora para projeção de protestos e aumento da crise no país.

Em 1997 a inflação venezuelana já se encontrava acima de 120 % ao mês, esse índice atrelado a outros tantos negativos, desarranjos institucionais e uma profunda crise socioeconômica possibilitou a ascensão de Hugo Chávez ao centro do poder venezuelano em 1999. Nesse ínterim, “Chávez foi capaz de romper em definitivo com a alternância de poder exclusiva entre os partidos AD e COPEI e conduzir a criação de uma nova Carta Constitucional em 1999” (CATHCART, 2012, p. 40).

Inicialmente no governo chavista, houve diversas mudanças significativas, tais como: condução da criação de uma nova Carta Constitucional em 1999; lei suprema da organização do Estado venezuelano; supressão do Senado Federal; mandato presidencial foi dilatado para 6 anos; ampliação dos direitos indígenas, ambientais e sociais; maior controle sobre o Banco Central, garantia de controle do Estado sobre as reservas de petróleo, proibição da venda de ações da Petróleos da Venezuela (PDVSA), dentre outras (RIBEIRO, 2015).

A partir de então, o que se observa é que o governo chavista intensifica as políticas rentista baseado no petróleo, centralização de poder, empoderamento militar, opressões à população mais vulnerável, falta de liberdade de expressão. Nesse sentido, surgia a necessidade de se buscar alternativas para melhor a distribuição de renda de forma mais igualitária, conforme anota Barros (2008, p. 4):

[...] a queda acentuada do preço internacional do petróleo no início de 2015 complicou muito a situação da economia, que já estava tensionada pelas dificuldades em manter o modelo chavista de distribuição de renda baseado nas receitas de exportação do petróleo mesmo enquanto os preços internacionais das commodities se mantinham elevados.

Stoodi (2020) relata que durante o governo de Hugo Chávez foram empregadas políticas populistas denominadas de “Revolução Bolivariana”, ainda que o país atravessasse momentos difíceis, principalmente no que concerne a economia que enfrentava uma hiperinflação, além de racionamentos de mercadorias de necessidade básica em supermercados, farmácias, dentre outros, como: leite, carne, assim por diante.

Controverso, Hugo Chávez esteve à frente do governo venezuelano por quatorze anos onde promoveu ampla distribuição de renda no país por meio de política clientelista e rentista, aumentou o Produto Interno Bruto (PIB), redução ínfima do número de pobres do país, diminuição do índice de mortalidade infantil. No entanto, seu regime promoveu abertura para que ocorresse desgaste da democracia venezuelana, notadamente, por meio do aparelhamento do Supremo Tribunal do país ao



majorar o número de juízes de 20 para 32 membros, sendo que essa majoração era de magistrados adeptos ao chavismo, por exemplo.

Após a morte de Hugo Chávez em 2013 e assunção do governo por Nicolás Maduro em 14 de abril de 2013, a crise se agrava a partir de 2014, principalmente, em decorrência da desvalorização do petróleo no mercado internacional. Como único membro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) na América Latina, a Venezuela vê seu povo sendo beneficiado diretamente pelos ganhos sociais financiados e trazidos para o país por meio da venda de petróleo, criando assim, certa dependência dessa *commodity*, com isso, corroborando para uma estagnação nos investimentos próprios, renegando investimentos em solo pátrio:

A crise política ocorre em função da desestabilização governamental que destrutura a economia e afeta diretamente a sociedade, que fica sem assistência nos principais serviços básicos. A crise econômica por sua vez ocorre em função da redução do nível de produção da nação, diminuindo o poder de consumo da sociedade gerado por altos níveis inflacionários (WENDLING; NASCIMENTO; SENHORAS, 2021, p. 2).

A exposição a vulnerabilidade social e econômica da população venezuelana impactou diretamente o abastecimento do mercado interno pela falta de produtos básicos do cotidiano, ocasionando aumento e o desgaste político devido à contenção de gastos, além da deterioração da sociedade venezuelana “com a degradação das condições socioeconômicas somada ao repúdio de uma grande parcela ao sistema político vigente fez eclodir, em 2014, uma série de protestos” (NASCIMENTO, 2020, p. 124).

Além da crise já estabelecida, o governo venezuelano sofre com várias sanções econômicas aplicadas pelo governo estadunidense de Donald Trump, por exemplo, através de represália ao governo de Nicolás Maduro, que detinha grande poder de articulação política e total domínio nos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário da Venezuela. A medida também visou o congelamento de todos os ativos do presidente Maduro, além de quaisquer transações, tais medidas visaram pressionar economicamente o regime ditatorial, cuja reeleição está sob suspeita de acordo com o governo norte americano.

Desse modo, se observa que ao longo do tempo, a Venezuela passa por momentos de alternâncias políticas e socioeconômicas, com grande ganhos e percas da valorização de sua moeda, além de implementação de políticas públicas por meio do clientelismo e rentismo, o que favoreceu ao fechamento de grande parte do mercado local e, assim, corroborou para projeção de migrações em decorrência da falta de alimentos e outros de necessidade básica.



ANÁLISE E RESULTADOS

O processo que culminou na desestabilização estatal venezuelana fundamentou-se em ações que causou desmantelamento de suas principais instituições públicas comprometendo as contas internas e aumento da externa, com forte desequilíbrio socioeconômico e elevados índices de violências e inflacionários, dentre outros. A Venezuela ainda continua com nítido isolamento internacional e com latente fluxo migratório e de refugiados, ainda continua persistente e de pouca repressão midiática no cenário internacional, mas esporádicos em locais e pontuais, *in loco*, como é o caso da cidade de Boa Vista e Manaus, capital dos estados de Roraima e do Amazonas respectivamente, dentre outros.

Como resultados, a pesquisa aponta que a atual crise socioeconômica repercute diretamente na parcela mais vulnerável, ou seja, população venezuelana vem sofrendo forte impacto no seu cotidiano. A fome se instaurou, a pobreza surgiu, os ricos se tornaram pobres, o funcionário público não conseguindo manter sua família com a renda e não conseguia comprar *commodity* como antes, as empresas de turismo com os grandes empresários fechando suas portas, já não havia mais renda, momento esse, propício para procurar refúgio em outros países com a finalidade de sobreviver (LEÓN, 2006).

Senhoras (2019) ressalva que a Venezuela atravessou momentos cíclicos distintos relacionados ao preço internacional do petróleo e, que esse modelo ora implementado possuía uma agenda de caráter intervencionista de natureza nacionalista, esquerdista e neopopulista. Desse modo, o sistema político venezuelano legitimou de forma direta a crise vivenciada no decorrer tempo por vários fatores político-social que corroboram para que ocorresse a desestruturação socioeconômica e, ao mesmo tempo, desencadeasse um processo migratório de grande monta no contexto latino-americano.

No que concerne a refúgio, Patarra (2006) discorre que esse deriva de um processo lento e gradativo, podendo ser espontâneo ou forçado, partindo das mais diferentes ações de ordem natural, socioeconômica, política e/ou religiosa, onde a população se encontra em posições vulneráveis, no caso específico do presente trabalho, o êxodo ocorreu notadamente em função de salvaguardar a sobrevivência daqueles que por ora buscam proteção de seus familiares e, que geralmente buscam Estados mais próximo possível, aliados e aqueles que possuem alguma afinidade cultural, linguística, étnica, dentre outras:

O refúgio é uma proteção legal oferecida pelo Brasil para cidadãos de outros países que estejam sofrendo perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, ou ainda, que estejam sujeitos, em seu país, a grave e generalizada violação de direitos humanos (BRASIL, 1997).



De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR, 2020), a crise venezuelana impulsionou um êxodo que chega de cerca de seis milhões, entre migrantes e refugiados considerado a segunda maior crise de deslocamento humano no planeta na sua maioria sendo acolhida por países da América Latina e do Caribe, com especial atenção para o Brasil que é o quinto país mais procurado pelos venezuelanos, em que, desde 2017 já foram mais de 670 mil pessoas nestas condições e, desses, cerca de 300 ainda permanecem no Brasil.

Segundo Entre os anos 2011 e 2020, 265.729 mil imigrantes solicitaram refúgio no país, neste período foram reconhecidas 94,3 % do total de pessoas refugiadas, em que a nacionalidade com maior número de pessoas refugiadas reconhecidas, foram: venezuelana (46.412), seguida dos sírios (3.594) e congolezes (1.050). Somente em 2020, foram 28.899 mil imigrantes solicitaram refúgio no Brasil, conforme apontado pelo o Comitê Nacional para os Refugiados - CONARE⁸ (BRASIL, 2020):

Os nacionais da Venezuela foram responsáveis pelo aumento significativo de solicitações da condição de refugiados no Brasil, consequência da decisão do Conare de 14 de junho de 2019 de reconhecer a situação de “grave e generalizada violação de direitos humanos” na Venezuela. Esta fundamentação foi aplicada a 93,7% do total de processos deferidos pelo Conare no período 2011 a 2020. Os refugiados venezuelanos correspondiam a 92,8% das pessoas reconhecidas como refugiadas com base nesta fundamentação (BRASIL, 2020, p. 4).

Ainda segundo o ACNUR (2020) mais de 60 % dos pedidos de refúgios ao Brasil, são de venezuelanos que tinham em seu país residência habitual, seguido de haitianos com cerca de 20 %, destaca-se ainda, existir uma diversidade grande de solicitações provenientes 113 de países (figura 1), e que mesmo diante de um contexto, onde há rígidas restrições à mobilidade humana em nível internacional, as migrações e solicitações de refúgio segue com tendência decréscimo independente do motivo, tais como: conflitos bélicos, guerra, crise política e socioeconômico (caso do presente trabalho), dentre outros.

Gortázar (2018) aponta que existem dois padrões distintos quanto ao perfil do fluxo migratório e de refugiado venezuelanos, os quais obedecem a uma ordem lógica do tipo Sul/Norte e Sul/Sul (figura 2). O primeiro direcionado para os Estados do Canadá, Estados Unidos da América e Espanha, e o segundo, que exhibe um perfil de maior adensamento direcionado para a América Latina, como: Colômbia, Peru, Equador, Chile e Argentina, principalmente em virtude da aproximação linguística (espanhol), além do Brasil que possui limites territoriais.

Silva e Baeninger (2021) destacam que os processos migratórios Sul/Sul decorrem daquelas populações que residem no espaço em Estados fronteiriços (Brasil e Venezuela, por exemplo) mas

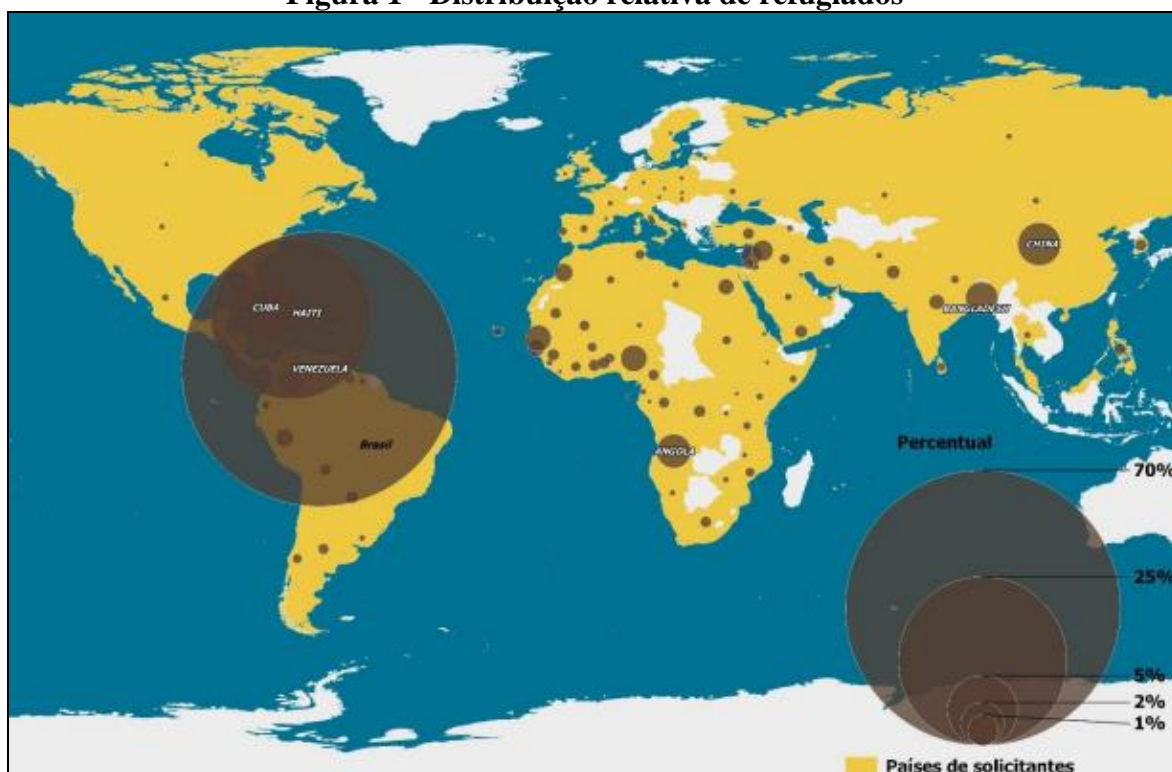
⁸Órgão colegiado, vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, que delibera sobre as solicitações de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil (BRASIL, 2020).



ganha novos contornos a parti de 2010, com achega de imigrantes haitianos no Brasil, esses fluxos não-históricos e de não-vizinhanças podem ser considerados por transnacionais e oriundos do Sul Global, ou seja, são migrações universais, reforçada pelas práticas anti-imigração no chamado Norte global, bem como apontam Santos e Senhoras, (2022, p. 35-36):

Assim como em outros casos de migrações forçadas, o caso dos venezuelanos configura-se em mais um cenário onde as pessoas se viram obrigadas a ir para outra localidade em busca de melhores condições de vida, tendo em vista a falta de emprego e a carência de recursos básicos para a sobrevivência, o que agravou o contexto de miséria, violência e doenças.

Figura 1 - Distribuição relativa de refugiados



Fonte: ACNUR (2020).

Esse processo migratório e pedidos de refúgios tendem a se ampliar no ano de 2022, existe uma estimativa de ampliação dos atuais seis milhões para cerca de nove milhões de migrantes e refugiados venezuelanos radicados em dezessete países da América Latina, os quais, mais oito milhões irão precisar de assistência de natureza diversa, como: itens de necessidade básica, moradia e de saúde, principalmente em virtude do atual quadro pandêmico, sendo necessário reforçar os serviços de proteção a refugiados, migrantes e comunidades de acolhimento (STEIN, 2021).

Observa-se que diáspora venezuelana se caracteriza em um cenário e que há coação de pessoas, as quais se veem forçadas, geralmente, a migrarem para outros países onde existe melhores condições de



vida em detrimento da escassez de itens básicos no seu país de origem ou mesmo em função de eventuais perseguições políticas.

Figura 2 - Perfil do fluxo migratório e refugiados de venezuelanos



Fonte: ACNUR (2020).

Como forma de atenuar esse processo de anormalidade, em 2018 por meio do Governo Federal do Brasil, foi criada a Operação Acolhida, cuja finalidade visa garantir o atendimento humanitário aos refugiados e migrante venezuelanos, os quais têm como principal porta de entrada o estado de Roraima, tratando-se de uma “força-tarefa humanitária executada e coordenada pelo Governo Federal com o apoio de entes federativos, agências da ONU, organismos internacionais, organizações da sociedade civil e entidades privadas, totalizando mais de 100 parceiros” (BRASIL, 2022), dentre elas:

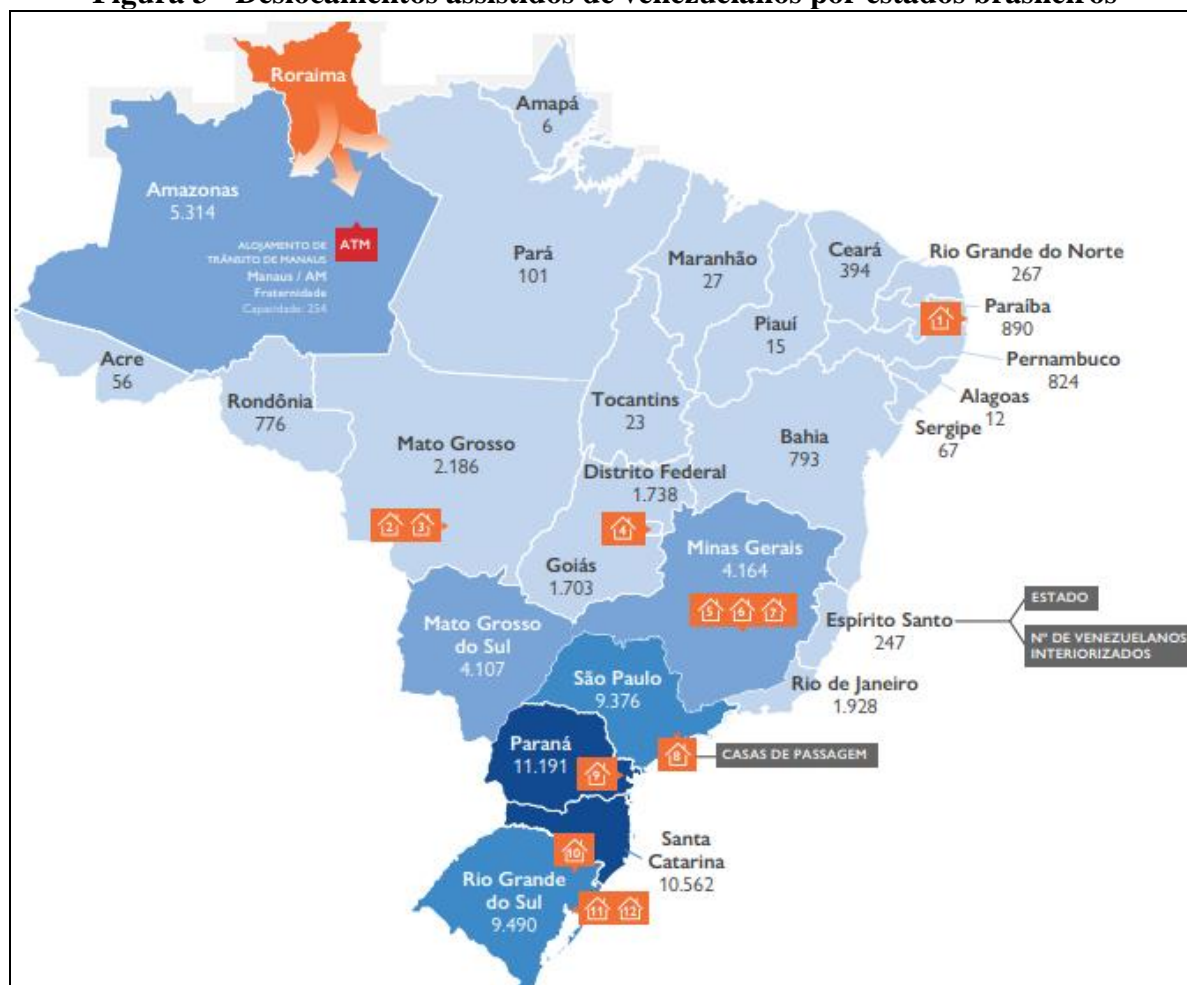
Forças Armadas, Ministério da Cidadania; Polícia Federal; Receita Federal; Defensoria Pública da União (DPU); Tribunal de Justiça de Roraima; Organização Internacional para as Migrações (OIM); Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR); Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA); Comitê Internacional da Cruz Vermelha (BRASIL, 2022, p. 1).

Outra importante atividade desenvolvida pela Operação Acolhida é o processo de interiorização considerada como uma das principais estratégias do Governo Federal, que visa fazer a relocação



voluntária de refugiadas e migrantes, notadamente do estado de Roraima e do Amazonas, para outras unidades da federação brasileira (figura 3). É oportuno frisar que desde início dessa operação, já foram interiorizados 66.257 beneficiários até dezembro de 2021, sendo: 61.650 por meio aérea e 4.607 via transporte terrestre, para 788 cidades, com destaque para as cidades de Manaus (AM); Curitiba (PR); São Paulo (SP); Dourados (MS) e Porto Alegre (RS), (BRASIL, 2022).

Figura 3 - Deslocamentos assistidos de venezuelanos por estados brasileiros



Fonte: Brasil (2022).

Nota-se que o Brasil se tornou um dos principais países a receber migrantes e refugiados, tendo como principal porta de entrada a cidade fronteiriça de Pacaraima no estado de Roraima, onde se registra de entrada em média de 500 a 600 venezuelanos ao dia (FERREIRA, 2020), tendo como primeira barreira burocrática, apresentações de documentos pessoais para solicitarem acesso ao novo país, além de acesso a possíveis serviços públicos, os quais não são impeditivos pelo fator linguístico do migrante e/ou do refugiado.



Diante desse cenário, é imperativo frisar que desde a década de 2000 que a Venezuela passa por momentos difíceis em virtude, principalmente, da desvalorização da sua principal *commodity*, sendo essa, elemento fomentador de suas políticas socioeconômico e de desenvolvimento estatal, que teve ciclos de alternâncias no seu valor, assim, abalando diretamente na sociedade e, concomitantemente, gerando uma crise migratória de grandes proporções refletindo regionalmente em uma convulsão humanitária.

CONSIDERAÇÃO FINAIS

A pesquisa apresentou uma síntese dos processos, político, e socioeconômico da República Bolivariana da Venezuela, os quais colapsaram em virtude de acontecimentos endógenos e exógenos após as oscilações do preço no mercado internacional da sua principal *commodity*, sendo essa, o fomento do desenvolvimento do país, bem como, por meio do regime de governo Socialista-Bolivariano de base assistencialista e, que ao longo do tempo se revelou frágil e suscetível a apadrinhamentos, corrupções e cooptações, findando numa diáspora para diversos países, com maior ênfase para a região latino-americana.

Ficou evidenciado que ao longo do tempo, após sucessivos *stakeholders* à frente do poder Executivo venezuelano, entre civis e militares, que os mesmos utilizaram como *modus operandi* políticas assistencialistas e rentistas como forma de manutenção e perpetuação no jogo do poder político. Tal fato, legitimou a ocorrência de desvios funcionais por partes de agentes públicos e/ou privados de diversos setores do governo venezuelano e segmentos empresariais e, concomitantemente, solapassem os cofres públicos.

As oscilações do preço do petróleo foi um fenômeno que contribui de forma significativa para que ocorresse o esfacelamento estatal venezuelano, aliados a má gestão junto ao poder Executivo e drenagem de receitas para sustentação de seus programas governamentais, afetaram drasticamente a competência para a ampliação e na modernização da extração, refino e comercialização de sua principal *commodity*, o que afetou diretamente a base de sua economia.

Os momentos cíclicos do preço do petróleo proporcionaram ao povo venezuelano períodos antagônicos em detrimento ao mercado internacional. Ao nosso ver, de um lado observou-se que durante o período glorioso existia grandes investimentos socioeconômico e programas governamentais com política clientelista e rentista, principalmente no que concerne moradia, combustíveis e apadrinhamentos políticos de agentes públicos e da iniciativa privada dando início a um processo de conotação espúria, principalmente dentro das Forças Armadas venezuelana.



De outro lado, se observou que o declínio dos preços do petróleo e esfacelamento estatal e socioeconômico, deu início a um processo gigantesco de protestos e migrações do seu povo em busca de sobrevivência e subsistência familiar, em diversos Estados do globo, com ênfase para a região latino-americana que possui afinidades, tanto linguísticas, quanto limites territoriais e com aqueles que possuem acordos bilaterais com a Venezuela. Desse modo, a decadência estatal refletiu diretamente para que ocorresse uma das maiores crises migratória da América do Sul.

Portanto, os reflexos dessa crise repercutiram diretamente na população venezuelana, o que desencadeou desabastecimento de toda natureza no mercado nacional, principalmente de itens básicos e, concomitantemente, a falta de políticas públicas, trabalho, comida, ampliação da dívida pública agravando ainda mais a crise e a diáspora e de refugiados em diferentes países. No Brasil, foi observado a participação ativa do Governo Federal com ações considerada de excelência por agências internacionais frente ao fenômeno migratório em diversas frentes, principalmente por meio da Operação Acolhida que se destaca como exemplo pela maneira que acontece o acolhimento do migrante e do refugiado.

Desse modo, conclui-se que os gestores do poder Executivo ao longo tempo tiveram participação direta para que ocorresse a crise e falência estatal da Venezuela, por meio de ações refutativas e em desacordo com seu povo, dando início a maior diáspora na América do Sul, tendo como principais fatores de desestabilização as variações do preço do petróleo, políticas assistencialistas, clientelismo, rentismo, além de apadrinhamentos, corrupções, cooptações de agentes públicos e privados, desse modo, refletindo de modo direto em sua população.

Como sugestão para futuras outras pesquisas, estimula-se que sejam aprofundados estudos qualitativos de investigações dessa natureza a fim de corroborar com a temática no que diz respeito aos processos migratórios e dos refugiados venezuelanos, os quais ainda persistem, mesmo que de forma lenta, mas latente, podendo, quiçá, ocorrer um processo reverso à diáspora em decorrência de mudanças no cenário político da Venezuela, bem como pela retração migratória em virtude do arrefecimento do quadro pandêmico de Covid-19, assim, existindo diminuição desse processo.

REFERÊNCIAS

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. "Parceiros da Plataforma R4V solicitam US\$ 126 milhões para atendimento humanitário a refugiados e migrantes da Venezuela no Brasil". ACNUR [10/02/2020]. Disponível em: <www.acnur.org>. Acesso em: 02/05/2022.

BRASIL. **Lei nº 9.474 de 22 de julho de 1997**. Brasília: Planalto, 1997. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 02/05/2022.



BRASIL. Casa Civil. **A Operação Acolhida**. Brasília. Casa Civil, 2022. Disponível em: <www.casacivil.gov.br>. Acesso em: 02/05/2022.

BRASIL. Ministério da Justiça e da Segurança Pública. **Resumo executivo**: refúgio em números, sexta edição. Brasília. MJSP, 2020. Disponível em: <www.portalimigracao.mjsp.gov.br>. Acesso em: 02/05/2022.

CATHCART, G. **O petróleo e a crise venezuelana a partir de 2013** (Trabalho de Conclusão do Curso de Relações Internacionais). Florianópolis: UFSC, 2018.

CORAZZA, F. MESQUITA, L. “Crise na Venezuela: o que levou o país ao colapso econômico e à maior crise de sua história”. **BBC Brasil** [03/04/2018]. Disponível em: www.bbc.com. Acesso em: 10/06/2021.

DELGADO, F. “Precisamos falar sobre a Venezuela: impactos petropolíticos e reflexos para o Brasil”. **FGV Sinergia**, dezembro, 2017.

FERREIRA, A. “Projeto em Pacaraima acolhe refugiados e migrantes em situação de rua”. **Portal Eletrônico da ACNUR** [15/01/2020]. Disponível em: <https://www.acnur.org>. Acesso em: 05/05/2022.

FIGUEIRA, M. S. **Desenvolvimento econômico na cadeia global do petróleo: Venezuela e Arábia Saudita em perspectiva sistêmica**. 2017. (Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais). Florianópolis: UFSC, 2017.

GORTÁZAR, N. G. “Êxodo venezuelano: Onde estão esses 7% de venezuelanos forçados a fugir? ”. **El País** [30/08/2018]. Disponível em: <www.brasil.elpais.com>. Acesso em: 27/04/2022.

GUROVITZ, H. “Como entender o fascínio com o Chavismo”. **Época** [23/03/2018]. Disponível em: <www.epoca.com.br>. Acesso em: 26/04/2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. “Histórico”. **Portal eletrônico do IBGE** [2021]. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 21/04/2022.

SILVA, J. C.; BAENINGER, R. “Êxodo venezuelano como fenômeno da migração Sul-Sul”. **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, vol. 29, n. 29, dezembro, 2021.

LEÓN. R.B. “A violência na Venezuela: renda petroleira e crise política”. **Ciência e Saúde Coletiva**, n.11, 2017.

LIMA, A. “Revolução bolivariana de Hugo Chávez: a primavera dos povos sul-americanos”. **Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina “Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro**. Brasília: UnB, 2013.

MARINUCCI, R.; “GONÇALVES, M. C. S. Perspectivas diaspóricas: memórias, encontros e resistências”. **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, vol. 29, n. 62, agosto, 2021.

NASCIMENTO, J. “O governo de Nicolás Maduro resiste: um diálogo crítico com o modelo de quedas presidenciais proposto por Aníbal Pérez-Liñán”. **Textos e debates**, n. 34, junho, 2020.

NEVES, R.F. **Cultura política e elementos de análise da política venezuelana** (Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais). Brasília: FUNAG, 2010.



NIÑO, J. “Um breve histórico da Venezuela: da quarta população mais rica do mundo à atual mendicância”. **Instituto Mises** [10/07/2021]. Disponível em: <www.mises.org.br>. Acesso em: 01/05/2021.

PARDO, D. “Como era a 'Venezuela saudita', um dos países mais ricos dos anos 50 e 80”. **BBC News Mundo** [02/03/2019]. Disponível em: <www.bbc.com>. Acesso em: 03/05/2022.

PATARRA, N. L. “Migrações Internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais”. **Estudos Avançados**, vol. 20, n. 57, janeiro, 2006.

PEREIRA, A. S. A. **Geopolítica do petróleo brasileiro** – a estratégia de internacionalização da Petrobras na América do Sul (2007-2017) (Dissertação de Mestrado em Geografia Humana). São Paulo: USP, 2019.

PODER 360. “Inflação bateu 686,4 % na Venezuela em 2021”. **Poder 360** [08/01/2022]. Disponível em: <www.poder360.com.br>. Acesso em: 26/04/2022.

RIBEIRO, R. C. **O impacto das instituições frágeis no desenvolvimento: a “maldição” do petróleo na Venezuela** (Trabalho de Conclusão de Curso em Relações Internacionais). Florianópolis: UFSC, 2015.

ROTERMEL, A. T. *et al.* “Como começou a crise na Venezuela?”. **Politize** [10/01/2019]. Disponível em: <www.politize.com.br>. Acesso em: 01/05/2022.

SANTOS, G. G. M.; SENHORAS, E. M. “Migração Venezuelana Para Roraima. *In*: MENDES, F. L.; SILVA, C. A. B.; SENHORAS, E. M. (orgs.). **Migração venezuelana: Roraima como epicentro dos deslocamentos**. Boa Vista: Editora IOLE, 2022.

SENHORAS, E. M. “Venezuela em rota de colisão: da estabilidade à crise”. **Jornal Roraima em Foco**, abril, 2019.

SENHORAS, E. M.; GAMA NETO, R. B. “Petróleo como arma de poder: uma contextualização da petrodiplomacia venezuelana nas relações internacionais”. **Meridiano 47**, vol. 10, n. 105, 2009.

SENHORAS, E. M.; GOMES, M. L. “COVID-19 nos municípios de Roraima”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 3, n. 9, 2020.

STEIN, E. “Migrantes venezuelanos na América Latina serão 8,9 milhões em 2022”. **Agência Brasil**[10/12/2021]. Disponível em: <agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso em: 02/05/2022.

STOODI. “Crise na Venezuela: origem, causas e atual situação”. **Stoodi** [05/07/2020]. Disponível em: <www.stoodi.com.br>. Acesso em: 01/05/2022.

WENDLING, K. C. S.; NASCIMENTO, N. L.; SENHORAS, E. M. A crise migratória venezuelana. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 8, n. 24, 2021.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano IV | Volume 10 | Nº 29 | Boa Vista | 2022

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima